

A MULHER NA POLÍTICA PARTIDÁRIA POTIGUAR

Helena Grazyelle Nascimento Oliveira¹

Rocelly Dayane Teotonio da Cunha²

RESUMO

O presente artigo aborda a inserção da mulher na política do Rio Grande do Norte (RN). Buscou-se investigar a representatividade das potiguares na política partidária do estado e analisando o desenvolvimento do percurso histórico a partir das desigualdades entre os sexos e gêneros, embasando tal análise no método Materialista Histórico Dialético. Para o alcance desses objetivos, realizou-se análise documental e entrevistas semiestruturadas com parlamentares do sexo feminino. Conclui-se que a relação entre representatividade, políticas públicas e participação ativa, se constrói de forma dialética, sendo possível às mulheres subverterem a subjugação que lhes é imposta.

Palavras-chave: Mulher. Potiguar. Gênero. Política. Desigualdade.

THE WOMAN IN THE PARTISAN POLITICS OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

The present article addresses the insertion of women in politics in Rio Grande do Norte (RN). It was sought to investigate the representativeness of the potiguares in the partisan politics of the state and analyzing the development of the historical route from the inequalities between the sexes and genders, supporting this analysis in the Materialist Historical Dialectic method. To achieve these objectives, documentary analysis and semi-structured interviews with female parliamentarians were carried out. It is concluded that the relationship between representativeness, public policies and active participation is constructed in a dialectical way, allowing women to subvert the subjugation imposed on them.

Keywords: Woman in party politics. Insertion. Potiguar. Gender inequality. Public and private.

¹ Graduanda em Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: helenagno@hotmail.com.5

² Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Docente do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). E-mail: rocellycunha@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Ao resgatar historicamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política brasileira, identifica-se um ambiente hostil e opressor, fundamentados em estruturas patriarcais que reforçam o vetor dominação-exploração sob as mulheres no espaço público. Nesses espaços, os discursos fazem uso de argumentos naturalistas e biologizantes que reproduzem a opressão do homem sobre a mulher com a justificativa da inferioridade feminina para consolidar essa estrutura (SAFFIOTI, 2004).

O Brasil representa o retrato de um país em que o poder ainda é um domínio hegemonicamente masculino. (Mais mulheres na Política, 2015). Os resultados das eleições de 2012 e 2016 ilustram bem a realidade da mulher na política partidária nacional. Na eleição de 2016, 52,20% do eleitorado brasileiro era do sexo feminino. Entretanto, os homens ocuparam majoritariamente 88,43% dos cargos ofertados para prefeito (a) e 86,49% das cadeiras de vereadores, em todo o país (TSE, 2017).

O Rio Grande do Norte (RN) é um dos estados com maiores índices de mulheres eleitas, e ainda assim é alarmante a baixa porcentagem da categoria feminina que consegue se eleger. Nas eleições de 2016, das 167 vagas para o cargo de prefeito (a), apenas 46 mulheres foram eleitas, em comparação aos 121 homens que conseguiram eleger-se. Uma porcentagem de aproximadamente 27,54% das vagas ocupadas por mulheres. O índice das vagas para vereadores (a) é ainda menor, 349 mulheres dentre os 1.291 eleitos, uma taxa de 21,28%, aproximadamente (TRE-RN, 2017).

Apesar dos baixos índices de eletividade das mulheres no RN, a história da inserção feminina na política em solo Potiguar é repleta de protagonismo. A Lei estadual nº 660 – em exercício a partir do dia 25 de outubro de 1927 – reconheceu o direito de votar e de serem votadas às mulheres do Rio Grande do Norte, caracterizando uma abertura política que serviu para intensificar a tomada de consciência das mulheres potiguares (TRE-RN, 2017).

O Rio Grande do Norte se consagrou como pioneiro na inserção das mulheres na política partidária a nível estadual, nacional e até mesmo, internacional (FERNANDES, 2004). Atualmente o estado potiguar possui um eleitorado do sexo feminino (52,55%) quantitativamente maior em relação ao do sexo masculino (TRE-RN, 2017). É necessário atentar para a investigação dos motivadores que distanciam os mais de 52% da população potiguar da atuação na política partidária.

Se o baixo índice de atuação político-partidária das mulheres implica em uma baixa representatividade político-social das mesmas, é primordial o questionamento a respeito das estruturas naturalizadas que as distanciam do espaço público. De acordo com Hirata (2007) essa desigualdade deve-se à divisão de função e papéis atribuídos aos sexos, por meio da divisão sexual do trabalho: aos homens tem sido reservado o espaço público, e as mulheres, a submissão no espaço doméstico.

A sub-representação feminina no Parlamento está permeada por bases sexistas e machistas, que resultam em séculos de discriminação imposta ao gênero feminino, havendo a necessidade de uma reestruturação social com mudanças, também, de cunho cultural, para que os âmbitos políticos e econômicos possam ser uma ferramenta de equidade (Mais mulheres na Política, 2015). Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, esta pesquisa objetiva investigar a representatividade das mulheres na política partidária do Rio Grande do Norte.

Enquanto objetivos específicos, têm-se: localizar no âmbito político-partidário potiguar os componentes principais das relações hierárquicas de gênero e correlacionar tais relações desiguais com os baixos índices de eletividade feminina no RN nas eleições de 2012 e 2016; como segundo objetivo específico, pretende-se identificar os aspectos que permeiam o espaço de fala destinados às mulheres já inseridas na política partidária norteriograndense; e, também, constatar os impactos sociais gerados pela escassa inserção e atuação político-partidária das potiguares.

Para alcance dos objetivos será realizada uma pesquisa qualitativa, cujo método de coleta é a análise documental e entrevista semi-estruturada com mulheres eleitas durante as eleições de 2012 e 2016 no Rio Grande do Norte. Os dados coletados serão analisados pela perspectiva do materialismo histórico dialético, apoiados a luz da teoria marxiana.

A fundamentação teórica do presente artigo se estrutura através do resgate antropológico e histórico das condições que contribuíram para a situação desigual das mulheres potiguares na política partidária; se divide em dois tópicos principais, o primeiro, Divisão sexual do trabalho e a mulher na sociedade, e o segundo, A mulher e o debate sobre a política partidária.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho possui natureza qualitativa e quantitativa. A primeira consiste em uma pesquisa descritiva ao acreditar que a relação entre sujeito e mundo não pode ser limitada à quantificação (GIL, 1994). Já o caráter quantitativo,

consistem na quantificação do problema por meio da geração de dados numéricos ou dados que podem ser transformados em estatísticas utilizáveis.

Dois instrumentos de coleta foram utilizados. O primeiro, método de análise documental, se constitui enquanto técnica complementar que desvela novos aspectos de um tema ou problema, (LUDKE; ADNRÉ, 1986), ao utilizar informações de fontes primárias, isto é, documentos que ainda não receberam tratamento analítico (SEVERINO, 2007). Através de uma pesquisa de campo foram coletados documentos da Assembleia Legislativa e Tribunal Regional Eleitoral, ambos da cidade de Natal/RN.

A Entrevista Semi-estruturada foi o segundo método de coleta utilizado, caracteriza-se por conceder ao entrevistado a decisão de construir a resposta (LAVILLE; DIONE, 1999, apud MATTOS, 2005), com base em um roteiro de questões pré-determinadas. Um total de sete (7) mulheres eleitas a cargos políticos partidários no Rio Grande do Norte nas eleições de 2010 e 2016 foram entrevistadas, tendo como guia um roteiro de entrevistas fundamentado no referencial teórico utilizado para a construção deste artigo.

A análise dos dados encontrados foi realizada através do método materialista histórico dialético. A dialética é uma forma de analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Para Hegel existem três momentos básicos no método dialético: a tese, a antítese e a síntese (FERREIRA, 2013). Entretanto, é a partir de Karl Marx que a dialética se torna Método Científico (THALHEIMER, 1979).

Marx ao desenvolver o método dialético, resultou no método materialista histórico dialético, que consiste na interpretação da realidade, visão de mundo e ação. Realizou a interpretação da dialética para Hegel atribuindo um caráter material e histórico, ou seja, os homens se organizam enquanto sociedade através da produção e reprodução, bem como, se organizam através da história (PIRES, 1997). Tal método objetiva descobrir “as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade” (PIRES, p.87, 1997).

Segundo Kosik (1976, apud ZAGO, 2013), a realidade possui como elemento constituinte o fenômeno e a essência, em que o método dialético permite buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. De acordo com o método materialista histórico dialético, apesar do conhecimento se construir através do

pensamento ele é social, e pode ser um reflexo da sociedade se o processo de análise for feito de forma correta (ZAGO, 2013).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A MULHER NA SOCIEDADE

A sociedade humana é mutável e transitória, ou seja, possui diferentes formas de organização de acordo com a relação dialética exercida com o meio. É impossível remeter ao espaço da mulher no âmbito político sem compreender o percurso histórico de produção das desigualdades e violências que subjagam e inferiorizam o sexo/gênero feminino.

Tais produções desiguais citadas anteriormente possuem uma base em comum: as relações sociais de sexo, que advém das relações sociais. Essa última, respectivamente, possui diferentes formas de funcionamento que são a base da organização social, ou seja, se expressa de formas diversas. A relação social é, segundo Kergoat (2002), uma *tensão* que atravessa o campo social e produz determinados fenômenos sociais.

O trabalho aparece como motor da *tensão* entre os grupos e atinge dois planos: o coletivo e o individual (KERGOAT, 2002). No primeiro, estão inseridos os campos Profissional e Doméstico, sendo possível relacionar ao significado que Marx (1983 apud NETTO; BRAZ, 2006) atribui ao processo de Produção do Trabalho no sentido *laboral* e se expressa sob o véu da alienação gerada pelo modo de produção capitalista. Já o plano individual é o trabalho não somente modificando o ambiente, mas também a modificação do sujeito através dele (KERGOAT, 2002) que expressa a relação dialética, conceituada por Marx (1983; apud NETTO; BRAZ, 2006), entre Homem e Natureza.

De acordo com Marx (1983), o Trabalho é a transformação da natureza, uma característica específica das relações humanas. É também, o processo histórico pelo qual o Ser Humano se constitui enquanto Ser Social, através da satisfação material de suas necessidades. O homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza, numa relação dialética com a matéria, e na medida em que a transforma o sujeito é transformado por ela. Tal mediação é realizada com o auxílio de instrumentos que são diretas ou indiretamente elaborados pelo sujeito (NETTO; BRAZ; ed. 1, 2006).

Para Kergoat (2002), o Trabalho é a produção de vivência, se relaciona direta e dialeticamente com as relações sociais, sendo *desafio* das relações sociais de sexo. Ao produzir a sociedade, reproduzi-la e inventar novas configurações de pensar e agir, “os seres humanos estão em confronto permanente” (v.13, p.3). Tal confronto atua em torno dos desafios oriundos da dinâmica das relações sociais, constituindo, então, os grupos sociais.

As relações sociais de sexo provenientes das relações sociais definem a forma de divisão social do trabalho que se caracteriza pela destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, em que a condição de parideira concede submissão. Segundo Marx e Engels (1977, p.70) “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”.

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2000; KERGOAT, 1998).

Em conformidade com Kergoat (2002), é possível entender a divisão sexual do trabalho como algo mutável, que possui e expressa modalidades diversas através do tempo e das sociedades. Dois princípios organizadores se expressam na Divisão Sexual do trabalho: o princípio de Separação, havendo a categoria de trabalhos para homens e trabalhos destinados às mulheres, e o princípio Hierárquico, apresentando maior valoração à categoria do trabalho realizado pelo Homem em comparação com a categoria atribuída à Mulher.

Seguindo a linha *teórico-metodológica* de Kergoat (2002), é visível uma estrutura que segue um padrão respectivo, ou seja, as relações sociais sendo permeadas pelas relações sociais de sexo, que, por conseguinte se especificam na divisão sexual do trabalho. As relações sociais de sexo fazem uso do conceito de gênero³ e dos papéis sociais atribuídos a ele, para fortalecer o arcabouço de sua divisão sexual.

³ Utiliza-se a concepção de gênero como “o sexo socialmente construído”, postulada por Barbieri (p.5, N.18, 1993).

Saffioti (2004) entende gênero como algo mais amplo, que sempre permeou as relações sociais das diferentes civilizações. Entretanto, sem necessariamente se expressar de forma desigual, o que é extremamente importante para encarar a subordinação das mulheres até os dias de hoje, como algo passível de mudança.

O determinismo em afirmar que todas as sociedades fazem uso do gênero para dominar e explorar o sexo feminino, apenas naturaliza a opressão (SAFFIOTI, 2004, apud OSTERNE; SILVEIRA, 2012). Nem sempre as relações entre os sexos/gêneros se estruturaram de formas desiguais. Estudos antropológicos mostram que nas sociedades primitivas em determinados períodos, teria predominado o matriarcado (ENGELS, 1884/1964; MURARO, 1997).

Posteriormente, Saffioti (2004) realiza uma crítica à teoria Weberiana⁴, por considera-la rasa e naturalizante, e resgata o conceito de patriarcado ao concebê-lo como um caso específico das relações de gênero, sendo um modelo social, familiar e econômico que se fundamenta na subjugação do sexo feminino. Um dos vários pontos em comum na concepção teórica das duas autoras é que, para Barbieri (1993) não houve uma modificação da estrutura atual em essência, existindo, ainda, uma herança dessas sociedades patriarcais. Em similaridade, Saffioti (2009) considera que a base material patriarcal não foi destruída.

No Brasil, Gilberto Freyre se propôs a estudar e entender o modo de organização da família no contexto colonial e escravocrata. Em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), ele aborda o período caracterizado pelo modelo senhorial e dos clãs parentais, que são referência da família patriarcal. Dessa forma, o *patriarca* constitui-se em um núcleo econômico de poder, afetando além do seu círculo familiar, o ambiente social a sua volta.

Freire trouxe uma análise do modelo patriarcal, de fato, importante. Entretanto, de acordo com Correa (1993) e Barbieri (1993) a concepção de patriarcado Freiriana permaneceu sem profundidade por não levar em consideração os demais aspectos que permeiam as relações desiguais entre os sexos/gêneros e, também, por não possuir valor explicativo.

⁴ Para Weber (1965) chama-se patriarcalismo a situação na qual dentro de uma associação fundamentalmente econômica e familiar a dominação é exercida por uma só pessoa, o Patriarca. De acordo com algumas regras hereditárias fixas. Max Weber identifica o ordenamento patriarcal como motor da subordinação feminina.

A ausência da profundidade na conceituação de patriarcado Freiriana, apontada pelas autoras, expressa um fator específico de que não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista (SAFFIOTI, 2004). O patriarcado se articula na modernidade ao advento do capitalismo, sendo assim, não se pode atribuir a gênese da violência contra as mulheres somente à herança patriarcal. São duas formas de produzir e reproduzir a vida a partir das relações de dominação e expropriação, em especial dos corpos e autonomia femininos (FONSECA, 2000; SAFFIOTI, 2001; TOLEDO, 2003).

Levando em consideração o substrato material – o corpo – existe a concepção de gênero como algo construído e fundamentado no sexo sobre o qual a sociedade atua. (SAFFIOTI, 2009). O binômio dominação-exploração constitui a garantia de direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, em que há, não só a dominação, mas também, a exploração dos corpos femininos em diversos âmbitos. Dentro desse binômio, as relações entre os sexos se caracterizam por uma relação hierárquica de poder (SAFFIOTI, 2004).

O controle sobre os corpos femininos subordina-os numa apropriação não só física, mas também, de sua força de trabalho, expressos tanto no patriarcado quanto no capitalismo. Segundo Barbieri (1993, p.9) “sem deixar que sua capacidade escape das amarras”. É essencial para a análise da subordinação feminina, estudar as formas de organizações sociais, atentar para todos os níveis de relações e suas diversas expressões nas sociedades, entendendo que comparativamente, o homem é para a mulher aquilo que o capitalismo é para a classe operária (BARBIERI, 1993).

3.2. A MULHER E O DEBATE SOBRE A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O percurso da mulher na política partidária foi, e ainda é repleto de obstáculos e resistência à participação feminina, em que *ser mulher* significou por muito tempo não ser cidadã. Consequentemente, participar e intervir na construção das leis que regem a sociedade e a elas se aplicava, era algo irreal e utópico. O espaço público político restrito apenas aos homens resultava, intrinsecamente, em uma militância político-social enviesada.

Conquistas, lutas e revoluções pertenciam ao sexo masculino e assim se manteve até a Revolução Francesa. Apesar do maciço protagonismo masculino, a participação feminina foi muito mais importante do que se imagina. De acordo com

Morin (2009)⁵, a presença das mulheres na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução.

A participação ativa das mulheres na Revolução Francesa teve um papel de extrema importância para o movimento feminista, além de ser um marco na luta feminina por direito à cidadania. O ponto inicial para a conquista de espaço político e legislativo é a militância. A tomada das ruas de forma organizada regeu e rege as conquistas que já aconteceram e que ainda estão por vir. (MORIN, 2009).

Outra forma de militância organizada se expressou através dos movimentos feministas. O feminismo é um movimento moderno, e teve seu início com as lutas sufragistas que se espalharam de forma mais organizada na segunda metade do século XIX e início do século XX. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos, reivindicando direitos políticos ao voto. (PINTO, 2003).

No Brasil, a virada do século XIX para o século XX até 1932, contextualizou os primórdios do movimento, quando as brasileiras ganharam o direito de votar. Pinto (2003) em sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*, discorre, a priori, sobre duas tendências identificadas no movimento: feminismo “bem-comportado”, e a face “malcomportada”, bem como as vertentes que compuseram a transição entre as duas tendências; posteriormente, aborda o pós-1968⁶.

A primeira tendência e vertente, o feminismo “bem-comportado”, foi liderado por Bertha Lutz durante a década de 1920 e se constituiu de forma sólida e organizada. Essa primeira fase teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos. Não se pode negar que a força do movimento estava associada a uma personalidade específica, que possuía conhecimento intelectual não disponível usualmente para o sexo feminino (PINTO, 2003).

A luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, devido ao respaldo encontrado entre os membros dessa mesma elite, adquirindo respeitabilidade dentro da própria conservadora classe política, um feminismo que agia sem questionar as bases das organizações patriarcais.

A segunda vertente – início do século XX – foi caracterizada pelo feminismo difuso, em que várias mulheres cultas: professoras, escritoras e jornalistas, se

⁵ Escritora e Historiadora Tania Machado Morin: dissertação de Mestrado *Práticas e Representações das Mulheres na Revolução Francesa*, defendida na Universidade de São Paulo (2009).

⁶ Período caracterizado pelo Regime Ditatorial Militar no Brasil. (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

manifestaram através da imprensa alternativa, em que o conteúdo abrangia um campo mais vasto de questões. Uma face menos comportada que defendia a educação da mulher, criticando a dominação do homem e abordando em seus textos temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003).

Denominada de feminismo “malcomportado”, a segunda tendência abrangia a vertente difusa e, também, uma terceira vertente que se manifestou no movimento anarquista. Composto por mulheres trabalhadoras e intelectuais que adotavam uma postura mais radical e identificava a condição explorada da mulher decorrente das relações de gênero, colocando, também, a exploração do trabalho como tema central (PINTO, 2003).

O feminismo trouxe para a discussão política as questões que ainda eram vistas como especificidades do âmbito privado, rompendo com a dicotomia público-privado que fundamenta o pensamento liberal, direcionando o público ao Estado e às suas instituições, e o privado à vida doméstica, familiar e sexual, sem se conectar com a política (PINTO, 2003).

As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

A inserção da mulher na política Brasileira tem total conexão com o percurso feminista, em que as pautas iniciais eram focadas nos direitos políticos femininos: luta pelo voto e emancipação por voz ativa para construção das leis. Na Constituinte republicana de 1890 discutiu-se o direito de voto às mulheres onde, posteriormente, o projeto não foi aprovado. Entretanto, a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres.

A Constituição definiu que *“Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891)*. O legislador ao se referir “cidadão” não se referiu ao termo universal para mulheres e homens, mas de acordo com o senso comum, uma falta de cuidado em não excluir nominalmente a mulher abriu portas para várias mulheres exigirem o direito ao voto, uma brecha na lei (PINTO, 2003).

3.3. AS POTIGUARES E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O Pioneirismo do Rio Grande do Norte no âmbito político-partidário se deu através da primeira eleitora do Brasil: Celina Guimarães Viana, uma professora na cidade de Mossoró, requereu o alistamento em 25 de novembro de 1927, baseada no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto, “sem distinção de sexo”. (*Mais Mulheres na Política - Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher, 2015*).

No Brasil, a década de 20 fez parte de um período denominado República Velha (1889-1930), caracterizado pela Política do Café-com-Leite⁷. O liberalismo começava a tomar forma (TRINDADE, 2010), influenciando diretamente na luta sufragista, que se organizava na época em todo o País – liderada por Lutz – e, que, posteriormente, teria um grande impacto no Rio Grande do Norte (PINTO, 2003).

A Regulamentação do direito ao voto cedido às mulheres potiguaras ocorreu cerca de um mês após a Professora Celina se tornar a primeira mulher do Brasil a votar. O cenário político do RN era representado por José Augusto Bezerra de Medeiros, ocupando o cargo de governador. Ele seria substituído na administração estadual por Juvenal Lamartine de Faria no ano de 1928. Por meio do auxílio e apoio de Bertha Lutz, que havia, também, interferido diretamente na implementação da Lei em questão.

“No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”
(Artigo 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da Lei estadual nº 660, TRE-RN).

O RN foi vanguarda, novamente, ao eleger a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. Alzira Soriano lançou candidatura na cidade de Lajes pelo Partido republicano, concorrendo ao cargo de Prefeita. Foi perseguida pela oposição e incentivada pela família a abrir mão da candidatura devido ao grande preconceito com a inserção de mulheres na vida pública (COSTA, 2012). Posteriormente, alcançou êxito ao eleger-se no dia 08 de setembro de 1928, com 60% dos votos. (AL-RN, 2017).

“Foi assim que Alzira Soriano se torna, em 1928, a primeira prefeita da América Latina, quando foi eleita para ocupar o cargo no Executivo, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. Na galeria das pioneiras muitas

⁷ Termo designado para se referir às Oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que comandavam o país econômica e politicamente. (TRINDADE, 2010).

potiguaras ocupam espaço, como é o caso de Maria do Céu Fernandes, que fez parte do grupo das primeiras deputadas estaduais do Brasil.” (FERNANDES, 2004, pág. 10).

No mesmo ano, Joana Cacilda Bessa elegeu-se a primeira intendente municipal potiguar com 725 votos pelo município de Pau dos Ferros, agregando mais um título de pioneirismo ao Estado, como primeira vereadora eleita do Brasil. (EDITAL FRANCISCO LOPES, 2017).

No cenário nacional, as lideranças de São Paulo romperam aliança criada com Minas Gerais na Política do Café-com-Leite, resultando em um período de instabilidade econômica e política (TRINDADE, 2010).

“A instabilidade econômica internacional e nacional repercutiu de forma intensa no Rio Grande do Norte, derrubando as receitas públicas. Sindicatos e imprensa oposicionistas foram silenciados. É nesse ambiente que grupos políticos ligados ao partido do governador Juvenal Lamartine antecipam os acordos (...)” (TRINDADE, 2010, pág. 189).

Insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba lideraram o movimento armado – Revolução de 30 – que resultou no impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes, colocando fim ao período denominado de República Velha. Foi caracterizado, assim, um Golpe de Estado. Vargas assumiu o poder em caráter provisório no dia 3 de novembro de 1930 (ARRUDA; PILETTI, 2003, ed.12, p. 357-358).

Apesar de movimentar diversas estruturas econômicas e políticas no Brasil todo, “O processo que resultou na deflagração da Revolução de 1930 teve pouca significação no estado, mesmo tendo sido o Rio Grande do Norte o quarto estado a aderir ao movimento” (TRINDADE, 2010, p. 191). Todavia, além do mínimo envolvimento das forças políticas norterio-grandenses, Alzira Soriano deixa o poder Executivo concomitantemente à vitória da Revolução, retornando, posteriormente, para o âmbito público, durante a redemocratização do Brasil no ano de 1945 (COSTA, 2012).

A fragilidade desse período, caracterizado por diversas e constantes mudanças, afetaram do âmbito público ao privado. A luta sufragista se deu durante tal conjuntura, ocorrendo de forma gradual e proporcional ao contexto socioeconômico em que estava inserida. Em 1932, durante o Governo Provisório, houve uma revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral – Decreto nº 21.076, 24 de fevereiro – que regulamentou o alistamento e processo

eleitoral no país por meio de um novo código, que ampliou o direito ao voto “sem distinção de sexo”, garantindo, a nível nacional, o direito de voto às mulheres brasileiras (ARAÚJO, 2003).

No Rio Grande do Norte, a eleição de 1934 foi a mais violenta, até então (TRINDADE, 2010, p. 200). Em meio a tanta conturbação, Maria do Céu Fernandes de Araújo, nascida na cidade de Currais Novos, foi eleita em 14 de outubro de 1934 pelo Partido Popular, com 12.058 votos, a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada na Assembleia Legislativa do RN e, por extensão, a primeira deputada estadual mulher no Brasil. Entretanto, teve seu mandato cassado em 1937, devido a várias discordâncias no Estado Novo (TRE-RN; MEMORIAL AL-RN, 2017).

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo teve seu fim. Iniciou-se outro processo político de redemocratização. Após a queda de Vargas, Miguel Seabra Fagundes assumiu o governo do Rio Grande do Norte num clima de tensão, havendo a proibição de manifestações por todo o país, incluindo no estado. (LIMA, 2010, p. 96) A luta feminista foi posta à margem (PINTO, 2003).

O período intenso de grandes mudanças sócio-político-econômicas ocupou grande espaço no cenário de lutas nacionais, além das várias transições de governo como a volta de Vargas em 1950 à Presidência da República, bem como sua morte em 1954. A morte de Getúlio Vargas deu lugar na Presidência ao norterriograndense João Café Filho – que governou até novembro de 1955 –, cuja principal característica era a ambiguidade no modo de governar e seu caráter conservador. A nível estadual “no Rio Grande do Norte o quadro partidário era instável” (TRINDADE, 2010, p. 237).

No dia 2 de abril de 1964, o Golpe de Estado, apoiado pelas massas populares da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, foi consolidado. O início de um novo governo: a Ditadura Militar, também denominada “Anos de Chumbo”. No Rio Grande do Norte, houve uma disseminação do confronto ideológico entre direita-e-esquerda, em que a esquerda era liderada pelo prefeito Djalma Maranhão e a direita, comandada pelo governador Aluizio Alves (TRINDADE, 2010).

O golpe militar teve como características “um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento e exílio” (PINTO, 2003, p. 43). O AI-5 (Ato Institucional nº 5), em 1968, tornou ainda mais rígida as relações políticas nacionais. Meio ao clima de censura, Mônica Nóbrega Dantas, natural de Acari-RN, casada com um Deputado, elegeu-se em 1966 pelo

partido do PMDB. Foi a 2ª Deputada potiguar a ser eleita (DADOS DO TRE e Assembleia Legislativa RN).

“O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (PINTO, 2003, p. 45).

No que tange às mulheres ocupando cargos políticos partidários, Mônica Nóbrega Dantas foi a última norterriograndense a ser eleita do período ditatorial até a redemocratização (TRE-RN, MEMORIAL, 2017). A transição dos anos 80 para os anos 90 marcaram o período final da Ditadura Militar no Brasil, tendo como uma das principais características a recente abertura política (FERNANDES, 2004).

Segundo Fernandes (2004), o movimento organizado pelas Mulheres enxergou um caminho meio às diversidades, intensificando as reivindicações que objetivavam tomar seu papel enquanto sujeito político. A década de 80 foi assinalada por várias etapas referentes ao movimento de luta das mulheres no RN. A partir daí o que se segue é uma constante luta por direitos frente aos obstáculos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como dito anteriormente, no ano de 2016 o índice quantitativo de eleitorado do sexo feminino foi de 52% (TSE, 2017), ou seja, o percentual de mulheres votantes é superior ao de homens. Em contramão, no mesmo ano, apenas 22% das candidaturas eram de mulheres e, posteriormente, 78% dos eleitos a cargos de vereador e prefeito eram homens. O percentual de 22% se repete, agora para mulheres eleitas.

O baixo índice de candidatas, bem como eleitas, em um estado que possui maior parte do eleitorado representado por mulheres, é intrigante. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar três categorias centrais de análise. Ambas possuem extrema importância para compreensão e avaliação dos principais aspectos que permeiam a Mulher na Política Partidária Potiguar.

4.1. MULHERES PRIVADAS DE SEREM PÚBLICAS

Historicamente a política partidária brasileira, e especificamente potiguar, é permeada por representantes políticos do sexo/gênero masculino. Segundo a

entrevistada M.M que ocupa o cargo de deputada estadual “para o homem é natural, são dados espaços”. Tal fato foi apontado diversas vezes nas entrevistas, como uma barreira que impede a participação mais ativa das mulheres na política partidária. Segundo as entrevistadas há, também, a barreira das funções privadas, que são destinadas às mulheres e o exercer político considerado como uma ação naturalmente masculina.

Segundo Durham (2004) a divisão sexual do trabalho destinou as Mulheres ao espaço privado, bem como, a serviços relacionados ao cuidado com justificativas no biológico. Havendo, então, a vinculação do homem à intelectualidade do mundo “político e público” (PERROT, 1995). De acordo com Engels (1884 – 1964, apud MURARO, 1997), quanto mais as relações perdiam seu caráter primitivo por força do desenvolvimento das condições econômicas, mais as relações tornaram-se opressivas para as mulheres.

“Recentemente fiz uma audiência pública na câmara trazendo esse recorte: sobre ser menina no Brasil. Tem uma pesquisa da *plan international*⁸, é uma instituição de organização social que tem o recorte de gênero e aborda a a discrepância: enquanto o menino está jogando, ou na sala de aula, a menina está fazendo o almoço do irmão. Tudo isso é muito enraizado na nossa cultura” (VEREADORA A.J.).

Tal divisão entre os âmbitos públicos e privados é perceptível através da fala da Vereadora A.J., que expressa a divergência na forma de educar meninos e meninas, de acordo com o sexo/gênero. Historicamente, quando as mulheres começaram a ocupar os espaços públicos, lhes foram designadas atividades – geralmente – relacionadas ao âmbito privado, associadas diretamente com o cuidado do espaço doméstico, com caráter de servidão.

“As principais profissões das trabalhadoras em termos percentuais, no ano de 1980, segundo o documento, eram: Domésticas, 22,9%; Funcionárias de escritório, 12,4%; Lavradoras, 9,8%; e Costureiras, 6,0%” (FERNANDES, 2004, pág. 110).

Além da dificuldade em se desprender do âmbito privado que lhe foi imposto, há a ambiguidade entre público e privado, em que a mulher, na maioria das vezes, ao inserir-se no domínio público precisa conciliar ambos os espaços. Diferente do homem que possui o privilégio de, socialmente, não ser designado aos afazeres domésticos.

⁸ A Plan International é uma organização não-governamental humanitária, sem filiação política ou religiosa, presente em 70 países. Acesso em: <https://plan.org.br/>

“Tem que ter a força de vontade, porque a mulher faz diversas atividades e não é fácil. Você é cobrada pelo seu esposo, pelo seu filho, é muito difícil. Eu nunca vou deixar de exercer o meu papel de mãe. A mulher quer entrar na política tem que conseguir dar conta. Infelizmente ainda se tem essas dificuldades” (VEREADORA M.E).

Sendo assim, é possível afirmar que o percurso da mulher até a concretização de uma atuação político-partidária, se constrói na desvantagem em relação ao homem, antes mesmo de almejar tal inserção. É exigido das mulheres potiguaras a capacidade de lidar com diferentes papéis, simultaneamente, em diversos domínios.

4.2. APARTADAS

A dificuldade em obter espaço para falar e ser ouvida foi a situação que mais se repetiu dentre as sete entrevistas, se tratando de um contexto político-partidário em que o discurso possui um papel essencial. Para Aristóteles existem duas atividades que compõem a essência política: o discurso e a práxis. Na polis grega todos aqueles considerados cidadãos possuíam o direito ao discurso, e o homem que vivesse fora da polis, privado de contato com a linguagem humana, seria um *aneu logon* (PEREZ, 2005).

Sendo assim, o *aneu logon* define o homem privado do discurso, conseqüentemente, negado enquanto cidadão e sem direitos a práxis política. É possível realizar uma analogia ao comparar o local que as mulheres ocuparam e ocupam em nossa sociedade, ao terem o direito de fala negado nos vários âmbitos. Apesar de se constituírem enquanto sujeitos inseridos na linguagem, às mulheres é destinado o silêncio.

“Porque na questão do discurso é onde você aparece, a população está ali lhe ouvindo, ouvindo suas propostas e seus pensamentos [...] estive nesse comício e só homens falaram [...] apesar de colocarem sempre em todo o discurso que a nossa chapa discute sobre gênero, tem homem e tem mulher, e ninguém sequer deu a palavra a nenhuma mulher” (VEREADORA P.V).

Na fala das entrevistadas fica evidente o silenciamento, bem como, descredibilização da capacidade da mulher em executar a função que lhe é direito:

“Somos muito apartadas pelos homens, parece que incomoda. Sempre que tem uma sessão um vereador interrompe a fala de uma vereadora, não

concordam com a gente como se fôssemos erradas e eles certos. Como se a cabeça das mulheres não fosse pensante” (VEREADORA M.E).

A descredibilização da capacidade das potiguares está relacionada a uma rejeição da figura feminina, que – por conseguinte – possui associação com a destinação das mulheres ao âmbito privado, anteriormente citado. De acordo com Boris (2004) alguns homens sentem-se desrespeitados e não conseguem conceber modificações que abalem a hegemonia do patriarcado (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Os privilégios concedidos aos homens durante séculos de organização social são responsáveis pelos espaços político-partidários serem ocupados majoritariamente pela figura masculina, enquanto a mulher que se arrisca em ir contra tal estrutura precisa “ousar para poder ser escutada, poder ser vista” (Dep. Est.⁹ M.M).

Há então, a construção da necessidade de impor-se e reivindicar o direito de não somente falar, mas de não ser apartada. Percebe-se que ser mulher na sociedade e na política norterio-grandense é um exercício constante de subversão, numa intensa tentativa de obter igualdade enquanto cidadãs. A entrevistada P.V. (vereadora) deixa explícito em sua fala que “as mulheres, em sua grande maioria, não são respeitadas como deveriam. As que se impõe, que têm voz, até que são, mas a grande maioria não é”.

De acordo com Bourdieu (2002), a visão de mundo em que o homem é posto como superior à mulher, embasa os esquemas de dominação simbólicos. A simbologia da primeira Mulher eleita Presidente¹⁰ do País ter sido tratada e acusada com termos de baixo calão, geralmente ferindo ao seu corpo e sua sexualidade, representa perfeitamente a forma como a sociedade liberal com heranças patriarcais lida com mulheres em locais de poder.

“Independentemente da questão política, houve sim várias situações de machismo contra a presença feminina. Foi evidenciada a postura machista de pessoas que não se conformavam que, naquele momento, havia uma mulher à frente da maior representatividade do país” (DEP. EST. M.M).

⁹ Abreviação de Deputada Estadual.

¹⁰ Dilma Vana Rousseff, eleita em 2010, pelo partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>

“Dilma foi a única mulher eleita presidenta na história do nosso país. É simbolicamente relevante que ela tenha sido destituída de forma completamente injusta e sob ataques machistas e misóginos de diversos tipos” (VEREADORA B.N).

Todas as entrevistadas quando questionadas a respeito do cunho misógino e machista do tratamento destinado a Dilma Rousseff, mesmo discordando a respeito dos motivadores políticos e econômicos, concordaram que tal ação foi violência moral, contra a até então Presidente do Brasil, mas também contra todas as mulheres. Além do discurso social, há a propagação do machismo¹¹ e misoginia através das instituições políticas partidárias.

“Os homens são a maioria dos cargos eletivos do país, eles usam mais dinheiro em suas campanhas e têm um tratamento totalmente diferenciado pela mídia. Os homens também são maioria nos cargos de direção dos partidos e movimentos sociais [...] as chances de um homem se eleger no Brasil, de partida, já são maiores que de qualquer mulher. Se não temos as mesmas oportunidades, os direitos políticos não são iguais para todos e todas” (VEREADORA B.N).

Sendo a porta de entrada dos cidadãos na militância político-partidária, a postura dos partidos potiguares – especificamente – foi bastante criticada. De todas as entrevistadas, seis (6) relataram algum tipo situação machista a qual foram submetidas pelos partidos políticos. Os fatores apresentados foram inúmeros, desde não fornecer espaço de fala durante o período eleitoral às candidatas, até a falta de incentivo financeiro.

“Nós somos vistas pelos partidos apenas para compor o percentual de cotas. Eu comprovei isso quando estive em um comício e só homens falaram” (VEREADORA P.V).

A cota para partidos em que se exigia uma quantidade mínima de 20% de mulheres lançando candidatura aos cargos legislativos municipais, só foi conquistada em 1996 (FERNANDES, 2004). Atualmente no mínimo 30% e no máximo 70% de vagas para cada sexo (AL-RN, 2017). Entretanto, as cotas não asseguram a inserção das mulheres, “a política de cotas para candidaturas de

¹¹ De acordo com Osterne (2006), o machismo é a tendência a naturalizar a subordinação feminina e manutenção dos privilégios, caracteriza o machismo.

mulheres não surte efeito se não forem reservadas as vagas no próprio parlamento”. (VEREADORA B.N).

“A mulher ainda tem uma participação muito tímida na política, infelizmente têm que ter cotas para ocuparem espaço como candidatas. Muitas vezes os partidos políticos não conseguem atingir nem essas cotas e colocam mulheres que não são candidatas para suprir essa obrigatoriedade. Não sei até que ponto as cotas têm estimulado a participação das mulheres” (Entrevistada 7).

Os partidos tendem a utilizar as mulheres para preencherem a obrigatoriedade das cotas, e por ainda serem gerenciados por homens, acaba sendo deixada de lado a reflexão a respeito da importância em proporcionar espaços igualitários entre os gêneros. Emerge de forma urgente a necessidade em repensar medidas de políticas públicas que possam tornar-se efetivas, algo que as cotas não conseguem suprir.

4.3. O (RE)DESPERTAR DAS POTIGUARES

O pioneirismo do Rio Grande do Norte já foi amplamente abordado e explicitado durante a fundamentação teórica desta presente pesquisa. A questão latente é buscar entender o protagonismo, a queda, a inércia e o (re)despertar das potiguaras nos espaços político-partidários. Como já analisado nas categorias anteriores, vários são os fatores contribuintes para o atual baixo índice de eletividade das Northeriograndenses.

“Vivemos no Nordeste brasileiro, onde muito fortemente existe a cultura machista, patriarcal, ainda cheia de preconceito principalmente com a representação feminina. Está mudando. A passados lentos, mas ainda existe” (DEPUTADA ESTADUAL M.M).

Os dados acessados a partir da pesquisa documental realizada na Assembleia Legislativa e Tribunal Regional¹², comprovam um considerável espaço de tempo entre o pioneirismo potiguar e uma retomada da participação feminina no estado. O período entre a eleição de Mônica Dantas em 1966 e o ano 1986 em que o RN elege a sua primeira Deputada Federal, nascida na cidade de Mossoró, Vilma de Farias pelo Partido Democrático Social (PSD).

A inércia de vinte anos (20) sem uma potiguar conseguir eleger-se é um sintoma de toda a estrutura que afasta as mulheres do espaço político-partidário,

¹² Ambos os órgãos localizados na cidade de Natal/RN.

todavia, é possível perceber a constante tentativa por parte das norterio-grandenses de ocuparem um âmbito que lhes foi negado durante décadas.

Mais uma vez Wilma agregou um título vanguardista ao seu percurso político, em 2002 e se tornou a primeira mulher eleita Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, dezesseis (16) anos após sua primeira conquista (TRE-RN, 2017). No mesmo ano, Fátima Bezerra elegeu-se Deputada Federal¹³ com 161 mil votos, uma das votações mais expressivas para o cargo até a época, e posteriormente, em 2010 obteve a quinta melhor votação proporcional do país, além de ter alcançado a maior votação que um deputado já recebeu no Rio Grande do Norte.

Já em 2006, cerca de quatro (4) anos após o pioneirismo de Wilma de Farias, Rosalba Ciarline chegou ao Parlamento como a primeira Senadora do RN. Fátima Bezerra, em 2010, ao eleger-se deputada federal, obteve a quinta melhor votação proporcional do país e alcançou o maior índice de votação que um deputado já recebeu em toda a história norterio-grandense. Posteriormente, em 2011, Marcia Maia tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência da Assembleia Legislativa (AL) do RN, em que das sessenta (60) cadeiras ocupadas na AL, cinquenta e nove pertenceram a homens (MEMORIAL AL-RN, 2017).

Através dos dados apresentados é concebível considerar que apesar da ausência de eletividade das potigües durante anos, a representatividade de uma mulher ocupando um cargo político-partidário consegue intensificar a luta de outras mulheres por espaço. Segundo a VEREADORA M.E, “a gente serve de exemplo, eu dentro da minha própria comunidade”. A representatividade é um fator essencial, não só para incentivar o interesse e atuação das demais potigües, mas também, por possuir relação direta com as políticas públicas que beneficiam, cuidam e dão suporte às cidadãs do estado.

“Leis que garantem o direito pleno das mulheres, aumentam o despertar das mulheres. Onze (11) anos de lei maria da penha vem encorajando as mulheres não só a denunciarem agressão, mas tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas” (VEREADORA A.J).

“Realizei um trabalho voltado para as políticas públicas fundamentado nas ciências sociais. Esse trabalho que fiz acredito que por ser mulher enquanto

¹³ Eleita representando o Partido dos Trabalhadores (PT). (Site oficial da liderança do PT). Acessado em 22 de abril de 2017.

a Governadora da época era mulher, deu todo o apoio” (DEPUTADA ESTADUAL M.M).

Além de haver representatividade, é necessário que haja militância, “a participação da mulher deve ser mais assertiva” (VEREADORA C.K). As potiguanas ocupando cadeiras na política partidária precisam estar cientes de seus papéis enquanto representantes, não só de toda a população do estado, mas de 52% especificamente que não estão em situações igualitárias. Apesar da tímida participação feminina, há a demonstração de uma latente retomada da política partidária pelas mãos das northeriograndenses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados foi possível identificar a relação direta entre o baixo índice de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres no estado do Rio Grande do Norte, com as relações hierárquicas de gênero que permeiam as estruturas sociais, sejam elas no âmbito público e/ou privado. Tornou-se evidente, também, que além da necessidade de assegurar a inserção das mulheres, é extremamente urgente repensar o espaço político-partidário. Para que seja um ambiente que assegure às parlamentares eleitas o direito pleno de executar, falar e representar a população.

Conclui-se que a relação entre representatividade, políticas públicas e participação ativa, se constrói de forma dialética. Sendo assim, quanto maior a representatividade feminina nos parlamentos, maior o índice de políticas públicas que protejam e abarquem as cidadãs potiguanas. Consequentemente, a partir de uma mudança nas estruturas sociais, há uma maior participação das mulheres na política, seja ela partidária ou não. Ressalta-se aqui a importância dos movimentos sociais.

Diante de tal configuração, é imprescindível o questionamento crítico perante as marcas patriarcais que se condensam nas desigualdades provocadas pelo modo de produção capitalista, para uma luta contínua por emancipação feminina. Considerando-se que, apenas dessa forma, será possível superar o quadro insuficiente de representação feminina na política partidária brasileira e potiguar. Em uma luta diária e histórica, as mulheres potiguanas marcham em busca de participação ativa na sociedade, clamando por inclusão, especialmente na construção das leis e efetividade da democracia.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, M. I. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. Ver. *Katálisis*, Florianópolis, v.13, n.1, p. 110-118, 2010.
- BRASIL. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Memorial do Legislativo Potiguar. **Resolução 055/2009**. Natal, 2016.
- BARBIERI, T. Sobre la categoria genero: una introduccion teorico-metodologica. *Debates em Sociología*, São Paulo, 1993. Nº18, p. 145-169.
- BRASIL. Mais mulheres na política. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria da Mulher. Ed. 2. Brasília, 2015.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Trad. José Silveira Paes. 3. ed. Global: São Paulo, 1984.
- FONSECA, C. Pais e filhos na família popular. In: D'Incao, M.A. (Ed.) Amor e família no Brasil. Contexto: São Paulo, 1989. p.95-128.
- FERNANDES, M. R. A história oficial omite, eu conto: Mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000. EDUFRN: Natal, 2004. p. 458.
- FREYRE, G. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Círculo do Livro: São Paulo, 1986.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609, 2007.
- KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. Trad. Alain François. *Pro-posições*- v. 13, N.1 (37), 2002.
- MURARO, R. M. A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 4-ed. Rio de Janeiro, 1997. Record, Rosa dos Tempos.
- MORIN, T. M. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa- 1789-1795. 275 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo. 2009.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez Editora, 2006, v. 1.
- OSTERNE, M. S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, Nº19, p. 101-121, 2012.

- PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003. 119 f.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres. FLACSO: Brasil, 2009. Série Estudos e Ensaio, Ciências Sociais.
- BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral. Setor: Biblioteca. Natal, Rio Grande do Norte, 2017.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. EPU: São Paulo, 1986.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.
- MATTOS, P. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública - RAP*, 2005, p. 823-846.
- FERREIRA, F. G. A Dialética Hegeliana: uma tentativa de compreensão. Rev. Estudos Legislativos, Porto Alegre, 2013. n. 7, p. 167-184.
- THALHEIMER, A. Introdução ao materialismo dialético. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. Capítulo 10.
- PEREZ, M. A. H. Hannah Arendt e a dicotomia entre o público e o privado. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005.
- ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, June 2013.
- TRINDADE, S. L. B. História do Rio Grande do Norte. p.281. Natal: editora do IFRN, 2010.
- COSTA, A. N. Mossoró: Nossa Terra. V.2, Mossoró: editora Sesc, 2012.
- PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.
- BRASIL, Edital Francisco Lopes, Pau dos Ferros, 2017.
- GUNTHER, Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 22 n. 2, pp. 201-210, 2006.

APÊNDICE

MEMORIAL DESCRITIVO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira

Rua dos Malvões, 177, Bairro Rosa dos Ventos, Parnamirim/RN, CEP 59141-800.

Disponibilidade de dias e horários: Todos os dias da semana, turno vespertino.

Justificativa da Disponibilidade: Por morar em Parnamirim o turno noturno torna-se quase inacessível, sendo assim, a disponibilidade ocorre nos turnos vespertinos.

(84) 3272-6160, (84) 9 9678-8671

helenagno@hotmail.com

II. FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO

Ensino Médio Completo, Salesiano Dom Bosco, Parnamirim/RN

III. ATIVIDADES ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Bolsa de Pesquisa, UNI-RN, sob orientação de Rocelly Cunha

Secretaria Acadêmica, DCE UNI-RN

Projeto de Extensão, Plantão Psicológico UNI-RN (tutora), sob orientação de Mariana Cela;

IV. OUTRAS EXPERIÊNCIAS

Participação - Ciclo de Palestras em Psicologia Hospitalar – Natal Hospital Center, 2014;

Participação - Criança Ecológica e Prevenção Psicossocial, 2014;

Participação - Ateliê de Psicologia “Depressão e Síndrome do Pânico: Desordem Interna ou Participação - Pressão Social?”, 2014;

Participação - Ateliê de Psicologia “Sexualidade: Como entender a perversão e o abuso”, 2014;

Participação - Minicurso “Solidão”, CONIC, Glaucinéia Gomes, 2015;

Participação - “Identidade Trans: Teoria da [R] Existência”, UNI-RN, 2015;

Participação - II Semana de Psicologia UNI-RN, 2016.

Participação - IV Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, 2016;

Organização - do Grupo de Estudos em Psicologia Social, 2016, semestre I e II;

Organização - do Evento “Mesa Redonda: Violência Sexual e a Rede de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes”, 2016;

Organização - II Semana de Psicologia UNI-RN, 2016;

Organização - Jornada de Saúde UNI-RN, 2017.

Organização - III Semana de Psicologia UNI-RN, 2017.

Organização - CONIC UNI-RN, 2017.

V. PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Apresentação Comunicação Oral “Dificuldades enfrentadas pelos profissionais de psicologia nas unidades básicas de atendimento do SUS”, CONIC 2015;

Apresentação Comunicação Oral “A inserção das mulheres Trans/Travestis no mercado de trabalho”, CONIC, 2015;

Apresentação Comunicação Oral “A utilização do método de Rorschach na avaliação Psicológica”, CONIC 2016;

Apresentação Comunicação Oral “A inserção das mulheres na política potiguar”- IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, UFRN, 2016.

Apresentação Comunicação Oral “Demissão Coletiva de uma Rede de Supermercados e a Saúde Mental do Trabalhador”, CONIC 2017;

Apresentação Comunicação Oral “A Mulher na Política Partidária Potiguar”, CONIC 2017;

VI. OBRSAÇÕES RELEVANTES

Devido ao grande interesse pessoal pelas questões psicológicas e sociais que permeiam o indivíduo, bem como, a construção das estruturas sociais e históricas que embasam o relacionamento humano nas diferentes sociedades e nos diferentes espaços de tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha avó materna, por ter sido luz em todo o meu percurso.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e principalmente, por terem me proporcionado estar aqui hoje.

À minha terapeuta, por fornecer um ambiente seguro e ser água quando tive sede.

À minha orientadora, por ser mestre e amiga; orientar, exigir, incentivar e confiar no meu potencial, sempre vendo além do que eu jamais poderia ver sozinha.

Ao curso de Psicologia UNI-RN, por proporcionar as ferramentas necessárias para o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus professores do ensino fundamental, médio e graduação, em especial à Prof^a Lourdes (*In memorian*), por me serem fontes inesgotáveis de conhecimento e exemplo.

À Gabriella, Júlio, Raissa e Flip (*In memorian*), por permanecerem e serem os melhores companheiros que alguém poderia ter.

E por fim, agradeço à todas as mulheres potiguares que lutaram contra as estruturas de subjugação do sexo/gênero feminino, sendo inspiração para mim e tantas outras.